

PREFÁCIO

Uma forma preliminar de abordar este livro de Ricardo Namora consistiria em admitir que ele nos demonstra, uma vez mais, a pertinência daquela tese segundo a qual palavras criam coisas ou, se se preferir, fazem mundo. As duas expressões – «criar coisas» e «fazer mundo» – não são rigorosamente a mesma, o que só nos esclarece sobre a dificuldade da relação proposta entre palavras, de um lado, e coisas ou mundo, do outro. De facto, as palavras contidas na designação «Teoria da Literatura» criaram coisas em Portugal desde 1957: uma disciplina académica da área das Humanidades, logo nesse ano; e um famoso livro, com primeira edição uma década depois, em 1967, da autoria de Vítor Manuel de Aguiar e Silva, na mesma editora que agora publica o livro de Ricardo Namora. É duvidoso, porém, que tenham feito mundo logo em 1957. Em rigor, a Teoria da Literatura *faz mundo* em Portugal *a partir de 1967*, acompanhando a fortuna editorial e académica do livro de Aguiar e Silva, que aliás teria, em Espanha, onde foi traduzido numa prestigiada casa editorial, no Brasil e na Hispano-América, um impacto que seguramente nenhuma outra obra portuguesa na disciplina, ou mais latamente nas Humanidades, viria a conhecer desde então.

O mundo que a Teoria da Literatura fez em Portugal a partir desse ano de 1967 foi-se confundido, para o bem e (segundo uns tantos) para o mal, com o próprio mundo dos estudos literários, que alcançaria nas décadas de 80 e 90, com a expansão do sistema de Ensino Superior, mas também com os «efeitos de tradução» deste no Ensino Secundário, o seu momento de máxima irradiação, bem patente nas edições que o livro em causa viria a conhecer nessas décadas, após a sua decisiva e, na prática, derradeira revisão, na quarta edição com data de 1982.

Esta confusão entre a Teoria da Literatura e os estudos literários foi sendo denunciada desde os anos 60, numa linhagem que teve muito provavelmente em João Gaspar Simões o seu precursor, sintomaticamente numa posição exterior à academia. E transformou-se hoje num gesticular que imputa à Teoria da Literatura as responsabilidades por tudo aquilo que correu mal na narrativa novecentista dos estudos literários – gesto que se vai tornando mais frequente quanto mais alargada é a percepção de que *algo correu mal*. Como sabemos, para que a imputação funcione, necessário se torna narrativizá-la, recuperando um tempo anterior, no qual tudo correria (pelo) melhor. O problema é que em Portugal é difícil recuperar um tempo em que os estudos literários tivessem sido particularmente produtivos e fecundos, antes da Teoria da Literatura. Noutras paragens, como, para não irmos mais longe, a vizinha Espanha, em que a filologia, na sua aliança com a retórica como *modelo natural* de estudo da linguagem literária, longamente imperou, esse tempo é muito mais reconhecível, e daí as resistências que a Teoria da Literatura sempre encontrou na universidade espanhola, ou a peculiar aliança que Teoria, Retórica e Filologia foram aí estabelecendo (coisas muito semelhantes se poderiam dizer da situação italiana, substituindo apenas Teoria por Semiótica, já que em rigor esse foi o nome da versão local da teoria literária). Em Portugal, o impressionante triunfo da Teoria da Literatura só pode significar que aquela versão dos estudos literários – filologia *cum* retórica – nunca conseguiu ser tão produtiva que se impusesse como uma língua franca. O débil legado da nossa filologia, mesmo enquanto ecdótica, bem patente no panorama desolador das edições críticas dos nossos grandes autores, a começar por Camões, explica seguramente muita coisa.

A impossibilidade de referir tradições disciplinares sem as situar num certo *locus* académico e, pelo menos na aparência, nacional, patente no parágrafo anterior, é justamente a hipótese de trabalho que Ricardo Namora submete a uma contra-argumentação enérgica. Notemos, entretanto, que para a narrativa da Teoria da Literatura entre nós ficar completa, necessário se torna referir o outro momento decisivo, pós-1967: a criação do Programa em Teoria da Literatura, na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, em 1991, programa a que os nomes de Miguel Tamen e António Feijó viriam a ficar indissociavelmente ligados, pese embora a sua bastante diversa relação com a disciplina¹.

¹ Refiro-me ao facto de Miguel Tamen ser autor de uma obra, vasta e significativa, que é, de facto, uma obra de teórico, enquanto a obra de António Feijó só pontualmente se dedica de

O Programa em Teoria da Literatura tornou-se, ao longo dos seus vinte anos, não apenas o curso de referência na pós-graduação em Estudos Literários em Portugal, mas algo sem um verdadeiro equivalente no estrangeiro, relançando o impacto da disciplina entre nós, justamente quando, de todos os lados, se proclamava o advento da pós-Teoria².

A hipótese da diversa radicação «territorial» das tradições da Teoria da Literatura conhece em Portugal, no trabalho de Vítor Aguiar e Silva, por um lado, e no de Miguel Tamen e António Feijó, pelo outro, uma como que aplicação prática, já que o primeiro se filia preferencialmente no espaço europeu (e, como explicitamente declara em entrevista que este livro inclui, numa matriz italiana), enquanto Tamen/Feijó praticam a filiação norte-americana que se foi tornando dominante nas últimas décadas. Esta hipótese é colocada neste ensaio por um autor que mantém uma relação intensa mas desigual com ambas. De facto, Ricardo Namora licenciou-se em Línguas e Literaturas Modernas em Coimbra, realizando em seguida o seu Mestrado e Doutoramento no Programa em Teoria da Literatura, em Lisboa. De modo sem dúvida singular, decidiu matricular-se, enquanto escrevia a sua tese de doutoramento, na pós-graduação em Literatura de Língua Portuguesa: Investigação e Ensino, oferecida pela Faculdade na qual iniciou os seus estudos, tendo decidido, concluído já o seu doutoramento, elaborar nesse curso a tese de mestrado (a sua segunda tese de mestrado...) de que resulta o livro agora publicado.

Se «Coimbra» e «Lisboa» tivessem aqui o poder de assinalar «escolas» da Teoria da Literatura em Portugal, este autor em vaivém estaria pois naquela posição, tão cara ao pensamento teórico actual, do sujeito *in between*. O problema é que, e dando de barato que na era dos correios, telégrafos e telemóveis, todos estamos *algures*, isto é, entre-lugares, o autor deste livro é, no seu modo de fazer teoria, muito mais um produto de «Lisboa» que de «Coimbra». Isto se admitirmos, com considerável generosidade, que a universidade que existe em Lisboa para lá do Programa aceite a sinédoque, o que não é pacífico; e, inversamente, que a *Teoria da Literatura* de Vítor Aguiar e Silva represente «Coimbra», posição identicamente só possível com uma considerável dose de caridade (davidsoniana e não apenas).

modo explícito e disciplinar à Teoria da Literatura, usando-a antes como um *enjeu* implicado na actividade de leitura e, mais ainda, na «conversa liberal» das Humanidades.

² O Programa, que conta actualmente com mais de 60 alunos, é neste momento dirigido por João Ricardo Figueiredo.

Poderia então pensar-se que estariam criadas as condições para uma reenactação do *agon* que percorre a cena teórica, ou melhor, para uma versão da cena teórica como antagonismo de tradições (ou *paradigmas*, se se preferir). Convém porém esclarecer que àqueles que se movam por essa ansiedade agonística, em si não indesejável e aliás bastante definidora do *ethos* académico, o trabalho de Ricardo Namora só pode oferecer motivos para decepção. De facto, ao explorar a sua hipótese de partida, o autor conclui que «é difícil fazer valer um vínculo preciso entre teorias e o sítio onde essas teorias são produzidas». (p. 89) Posição que é explanada numa passagem a citar com demora:

De modo muito simples, existem dois modos básicos para lidar com esta assimetria [a existente entre a tradição europeia e a americana na Teoria], logo que a tomemos como certa. Um deles consiste em presumir que a teoria possui aspectos particulares consoante a sua proveniência – embora não seja propriamente fácil determinar, neste caso, o que deu origem a quê: se foi a produção teórica que propiciou o seu próprio confinamento territorial ou se, por outro lado, foi a geografia que produziu a teoria. Outro, consiste em compreender a teoria como um modo racional trans-fronteiriço e trans-continental – um modo pelo qual coincidências teórico-geográficas, e causalidades artificiais entre o que se pensa e de onde se vem, são vistas como acidentes (mesmo se, no caso, bastante prolongados) que fazem parte da história. (p. 90)

Namora dir-nos-á em seguida, sempre no regime desdramatizado que o caracteriza, que é «imediatamente óbvio que os autores portugueses analisados até agora subscrevem esta segunda posição». (p. 90) E que, mais do que rastrear para cada um uma filiação, «importa (...), neste ponto, apontar o que neles é comum, e que suplanta a consideração de Aguiar e Silva como herdeiro de uma tradição europeia e de Tamen e Feijó como defensores de uma tradição americana». (p. 90)

Seria caso para dizer que, mais do que desdramatizada, a perspectiva do autor se torna verdadeiramente ecuménica... Sendo que, para tal, se revela estratégica no seu quadro teórico a subsunção de uma disciplinaridade estritamente centrada na Teoria da Literatura numa disciplinaridade muito mais lata, e muito anterior à disciplina da Teoria: a das Humanidades. Note-se que esta amplificação drástica de perspectiva proviria, como o autor persuasivamente insiste, da própria lógica das obras em consideração. No caso de Aguiar e Silva, que Namora qualifica como um «formalista moderado», é a

evolução do seu pensamento que o conduz da sedução pela formalização implícita num certo modelo de racionalidade científica à reivindicação de uma integração da Teoria da Literatura nas «ciências do espírito», as quais, como sabemos, se distinguem das «ciências da natureza» pela impraticabilidade, nelas, do conceito de «lei». E assim, embora a Teoria da Literatura não possa nem deva abdicar do rigor analítico e da capacidade crítica da ciência, ela participa antes de uma epistemologia não-nomotética, a das Humanidades, e define-se não por um «antagonismo entre ciência e literatura (dois campos teóricos de natureza distinta), mas entre boas e más maneiras de se estudar literatura». (pp. 69/70)

O tandem Tamen-Feijó, por seu turno, é apresentado como representativo daquela posição, muito reconhecível na Teoria da Literatura das últimas décadas, para a qual a tarefa do conhecimento não consiste em «extrair propriedades distintivas dos objectos» mas antes em «discutir de modo intersubjectivo interpretações e posições, uma vez que as propriedades são constitutivas de descrições (e não dos objectos propriamente ditos)». (p. 74) Tamen dirá, contudo, numa passagem notável que Namora recolhe, que

apesar de todas as aparências, ao substituímos a conversa sobre o texto pela conversa sobre interpretação não estamos a desistir de falar sobre propriedades intrínsecas. A conversa sobre propriedades intrínsecas dos textos é simplesmente substituída por uma conversa (ou um silêncio embaraçado) sobre as propriedades intrínsecas da interpretação.³

Namora infere daqui que «é mais útil, de modo geral, ler a teoria pelo lado da hermenêutica do que pelo lado dos objectos, considerados estritamente como receptáculos auto-evidentes de determinadas propriedades». (p. 77) O que, numa reivindicação democrática, o leva a afirmar que «não existem diferenças de espécie mas apenas de grau entre interpretações». As perguntas a textos seriam pois substituídas por «conversas entre pessoas», conversas para as quais não existe em rigor um Tribunal de instância superior: «há, na melhor das hipóteses, pessoas parecidas connosco com as quais se podem discutir interpretações e, por inerência, 'operações' dirigidas sobre objectos, que ajudam a definir um lastro comum que é racional, hermenêutico e rela-

³ Miguel Tamen, *The Matter of the Facts. On Invention and Interpretation*, Stanford, Stanford University Press, 2000, pp. 18-19.

cional» (pp. 82/83). Esta posição é inteiramente compaginável com a de António Feijó, em passagem tão rortyana quanto decisiva sobre as Humanidades e, por extensão, a Teoria da Literatura:

Os componentes de uma cultura dada são vozes que se associam numa conversa ininterrupta. A educação liberal é uma iniciação a essa conversa, a delimitação de um tempo em que os alunos ouvirão vozes e os seus diferentes modos de enunciação, num espaço que deverá ser alheio a critérios de relevância ou a imperativos que as conjunturas sempre suposta e inapelavelmente ditam.⁴

Eis, pois, justificado um ecumenismo que, por via de uma descrição da Teoria da Literatura como disciplina de um corpo meta-disciplinar mais vasto – o das Humanidades –, aproxima Aguiar e Silva de Miguel Tamen e António Feijó. Para todos, de acordo com Namora, «a teoria é inexoravelmente plural, e admite um conjunto de critérios e métodos cuja caução só existe no futuro – e para eles é pacífico que esses critérios e métodos são inentemente sérios, racionais e rigorosos». (p. 91)

Se me é permitido, gostaria de, num primeiro momento, dar mais um contributo para o reforço desse ecumenismo. Porque não é só este efeito de alargamento do quadro de referência da disciplina, da Teoria para as Humanidades, que nos permite reconhecer não a árvore das discrepâncias herdadas de filiações diversas mas a floresta da pertença a uma mais vasta e antiga família. É também, e quiçá sobretudo, o facto de tanto Aguiar e Silva como Miguel Tamen e António Feijó fazerem ainda, e (quase) sempre, Teoria da Literatura, ou seja, teoria a partir de objectos que são *prima facie* textos, mas não tanto «textualidade», na acepção semiótica que tão poderosamente contribuiu para dissolver a especificidade duramente, e algo ilusoriamente, conquistada pela Teoria da Literatura em boa parte do século XX. Quando Namora usa no seu texto, por razões de economia, «teoria» em vez de Teoria da Literatura, e quando, a propósito do seu ensaio, o faço também eu, ambos estamos a mimar a lógica profunda das opções de Aguiar e Silva ou Tamen e Feijó, não estando *por isso* a reportar-nos à *Theory* de extracção e exportação norte-americana em décadas mais recentes (desde os anos 80, ou seja, desde

⁴ António M. Feijó, *O Ensino da Teoria da Literatura e a Universidade*, Braga, Edições APPACDM, 1994, p. 12.

a situação pós-Yale ou pós e, em grande medida, anti-De Man). Desse ponto de vista, e talvez *with a vengeance*, a situação europeia destes cultores da teoria da literatura parece ter moderado uma eventual inclinação para a agenda actual da *Theory*, centrada em coisas como *género* e *sexo*, identidade e pós-colonialidade, tudo amalgamado num propósito «crítico» que só nominalmente se pode reportar ainda aos defenestrados rigores da Teoria Crítica. Na perspectiva do desastre que é a situação norte-americana de estudo da literatura, em que a *Teoria* veio legitimar a substituição mais ou menos maciça do objecto literário por tudo aquilo a que uma agenda como a acima referida se pode reportar⁵, a obra de Miguel Tamen e António Feijó tem mais pontos de aproximação à de Vítor Aguiar e Silva do que se poderia *a priori* supor.

Percebemos assim melhor que *o que correu mal* não teve a ver, ao contrário do que a miopia revanchista sugere, com um qualquer *demónio da teoria literária*, sobretudo se virmos esta, com a profiláctica sobriedade de Ricardo Namora, como uma tentativa esforçada para introduzir no estudo da literatura um módico de seriedade, racionalidade e rigor. O que correu mal nos nossos tempos foi antes a crise profunda que se apoderou das Humanidades. As Humanidades foram, no período moderno, que podemos aqui aferir pelo *Quattrocento* italiano, uma cultura completa, um estilo de vida que, como descreve Francisco Rico⁶ a propósito dos textos do Petrarca da maturidade, ia ao encontro «da vida diária, dos avatares da política, das relações de amizade, dos problemas éticos, das grandes questões intelectuais» (p. 60). Essas obras de Petrarca, insiste Rico, eram animadas «pelo mesmo propósito de mostrar como os *studia humanitatis* podem e devem traduzir-se 'in actum', dirigir-se 'ad vitam'». (pp. 60-61) Este quadro altera-se substancialmente, como é sabido, com o advento da revolução industrial e da civilização tec-

⁵ Um signo mais deste processo é a substituição, em vários *curricula* norte-americanos, de «Literature» por «Film». Não se trata porém de «Film Studies» mas sim de um significante vazio (ou «mestre») pelo qual o cinema (melhor seria dizer: uma versão muito particular do cinema) acolhe aquela agenda. Entende-se assim melhor a explicação facultada por Noël Carroll para a «chegada» em massa dos filósofos, e da filosofia, ao estudo do cinema: a partir do momento em que este foi tomado de assalto por uma agenda centrada em questões de *género*, identidade, etc., todo um vasto território ficou à disposição de quem se dispusesse a relançar a questão da ontologia da imagem fílmica que antes conhecera o seu ponto decisivo em André Bazin, primeiro, e, tempos depois, Gilles Deleuze.

⁶ Reporto-me ao grande livro de Francisco Rico, *El sueño del humanismo. De Petrarca a Erasmo*, Madrid, Alianza Editorial, 1997, 2ª ed.

nológica, as quais relegarão as Humanidades a uma posição crescentemente periférica e cada vez menos capaz de se traduzir «in actum». Ainda assim, e à distância de mais de dois séculos, é talvez possível reconhecer que as Humanidades foram sobrevivendo em função de um peculiar (des)equilíbrio entre um *deficit* social e comunitário e um *superavit* económico, ambos gerados pela natureza corrosiva, ou fáustica, do capitalismo moderno. Às Humanidades foi sendo cometida a função de «compensar» do primeiro com os meios disponibilizados pelo segundo – e não custa admitir que este modelo funcionou tão melhor quanto mais próximo se estivesse dos centros de poder económico gerados pela revolução industrial.

Encontramo-nos hoje, como é sabido, na encruzilhada de duas exponenciações desta revolução bissecular – a do digital e a da globalização – que vêm ambas colocando desafios drásticos às Humanidades. A primeira, afectando suportes e regimes de escrita-leitura, desloca profundamente o próprio fundamento *textual* do nosso trabalho, exigindo um esforço de reflexão sobre a tecnologia que se tornará seguramente indissociável da própria auto-descrição das Humanidades no futuro⁷; a segunda exige, como recordou o último Edward Said, uma reconceptualização das Humanidades num quadro não eurocêntrico mas verdadeiramente global, e sobretudo, para o que está neste texto em pauta, permite-nos perceber que a forma como o capitalismo saído da revolução industrial geria a relação entre o seu *deficit* social e comunitário e o seu *superavit* económico foi laminada pela dinâmica da globalização. A partir do momento em que o primeiro mundo se encontra submerso num *deficit* social e comunitário que já não é «compensado» por um *superavit* económico (um *superavit* que em larga medida resultava da exploração do terceiro mundo, antes e depois da descolonização), mas sobretudo a partir do momento em que o económico é desbancado, no fundamento do sistema, pelo financeiro, as fragilidades das Humanidades tornam-se ingovernáveis. E isto, entre outras razões, porque a discrepância entre o regime temporal da constituição da mais-valia no capitalismo e nas Humanidades, que sempre fora significativa mas que a lógica do capitalismo de empresa familiar *arrefecia*, já que a mais-valia podia, e devia, ser diferida para a próxima geração,

⁷ Trata-se daquilo a que se vem chamando «Digital Humanities», uma das formas de pensar as novas materialidades da comunicação. A criação, na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, de um curso de doutoramento, no modelo de Estudos Avançados, em Materialidades da Literatura, inscreve-se também neste esforço inadiável.

a bem de uma acumulação familiar, sofre um *aquecimento* brutal no corrente capitalismo financeiro, obrigado pelos accionistas, que já não são *da família* nem constituem *uma família*, a uma especulação com rendimento certo, acima de dois dígitos, todos os anos. Ora, na medida em que são antes de mais uma pedagogia, as Humanidades têm de se submeter ao tempo longo e lento do pedagógico, não se conseguindo descortinar como podem elas conviver com a histerização do regime temporal da mais-valia no nosso tempo. Tanto a *Theory* como os *Cultural Studies* são no fundo tentativas para alcançar uma nova performatividade das Humanidades, subordinando-as a um regime presentista (tomado erroneamente pelo «contemporâneo») que asseguraria, de per si, a instantaneidade da mais-valia teórica, como se esse propósito não configurasse uma contradição nos termos.

Seja-me permitido agora, num segundo momento, colocar um pauzinho na engrenagem do ecumenismo agregador posto em marcha por Ricardo Namora, acentuando algumas clivagens. O tropo maior do trabalho pioneiro de Vítor Aguiar e Silva – um tropo cujo funcionamento em sala de aula se tornou seguramente inesquecível para quem a ele pôde assistir – é o da *terraplanagem*⁸. Aguiar e Silva procede tipicamente por uma «limpeza de florestas», abrindo o campo e reconstituindo (ou melhor: construindo) minuciosamente a genealogia do objecto teórico em pauta. Trata-se de um procedimento exigido pela lógica fundadora do seu trabalho, mas reconhece-se nele também um procedimento exigido pela centralidade do pedagógico na sua lição: teoria e método harmonizam-se profundamente e traduzem-se num vernáculo que, se descontarmos alguma inclinação terminológica no período em que tal era norma, é claro, persuasivo e não esconde trunfos na manga. Não surpreende que, na breve entrevista levada a cabo por Ricardo Namora, Aguiar e Silva, interrogado sobre o balanço da Teoria da Literatura em Portugal, integre nesse balanço o enriquecimento do «ensino do Português nos liceus e depois nas escolas secundárias» (p. 107).

Já o trabalho de Miguel Tamen responde antes às figuras do revisionismo, dando como adquiridos antecedentes e genealogia, mas sabotando os pressupostos de ambos. O seu vernáculo, muito ao invés do de Aguiar e Silva, confia ao *understatement* e ao não-dito muito do intencionado e impõe ao

⁸ Convirá registar que, como aos grandes professores sucede com frequência, o volume de terraplanagens realizadas por Vítor Aguiar e Silva em sala de aula, na graduação ou na pós-graduação, tem uma pálida correspondência naquilo que chegou a publicar em letra de forma.

português uma série de efeitos de estranheza, quer por tradução abrupta de modismos anglo-americanos (ou por neologismos que diríamos desnecessários), quer pelo recurso a zonas pobres e incaracterísticas do arquivo vocabular, numa recusa ostensiva do *ready made* da terminologia. Faz assim sentido que Tamen manifeste alguma distância, na sua entrevista, em relação à tradução da Teoria no ensino secundário («produção de sínteses de sínteses que afectaram muito o ensino da literatura») (p. 110) e que desloque a questão do futuro da Teoria para a pós-graduação, recorrendo à clássica figura homeopática da «força da fraqueza»: se por um lado a Teoria perdeu centralidade curricular, por outro, defende o autor, «a sua sobrevivência é mais provável num contexto em que a sua proeminência seja menor». (p. 112) Como em Aguiar e Silva, a congruência entre «programa» e vernáculo é indismutável, mas em sentido algo diverso: enquanto o primeiro confia a uma pedagogia centrada no tropo da «terraplanagem» o desejado impacto formativo das Humanidades, o segundo, tipicamente *tardio*, confia-se à universidade *mais avançada*, vale dizer, mais filtrada pela selecção natural da sucessão dos ciclos formativos. A sua descrença em relação aos propósitos latamente formativos da Teoria da Literatura *enquanto* Humanidades não poderia ser mais visível; e, curiosamente, aquilo que se recusa no *ready made* da terminologia disciplinar recupera-se no imaginário de *clôture* de uma disciplina que não necessita de *passwords* para fazer mundo, assim que o professor entra na sala de seminário e fecha a porta. Uma outra forma, bastante intratável, de colocar a questão reside talvez em notar que se em Aguiar e Silva a Teoria da Literatura vive o seu momento histórico, toda a sua conceptualização em Tamen a situa numa pós-história que emanciparia a disciplina da sua necessidade, quer formativa quer institucional, disponibilizando-a para uma liberdade em rigor póstuma mas, por isso mesmo, realmente *livre*.

O problema reside em certas formulações nas quais o revisionismo pós-histórico se afigura menos sustentável. É o que sucede quando Miguel Tamen afirma que a causa das coisas boas como das más que resultaram da criação da Teoria da Literatura em 1957 «é a mesma: a possibilidade de o Estado poder determinar o conteúdo de discussões intelectuais». (p. 110) Tenho uma real dificuldade em conceber a possibilidade de a Teoria da Literatura existir sem o suporte do aparelho do Estado (o mesmo se diga para o ensino do aramaico, do grego antigo ou da filosofia das religiões). Porque, em rigor, devemos à clarividência do Estado – e, pior ainda, à clarividência do Estado Novo... – a disciplina para cuja história, já longa de décadas,

Ricardo Namora deu, com este livro, uma contribuição decisiva. Uma contribuição na qual, esclareça-se, Namora não está sozinho, já que integra uma geração das mais preparadas dos nossos estudos literários e que, na sua persistência, que é a de quem se recusa a desistir, mesmo em tempos tão sombrios, nos obriga a ter esperança no futuro das Humanidades.

Resta desejar, com António Feijó, que esta história possa prosseguir, «alheia a critérios de relevância ou a imperativos que as conjunturas sempre suposta e inapelavelmente ditam». O problema, que é há séculos o problema das Humanidades, é que um tal *alheamento* exige um alto patrocínio...

OSVALDO MANUEL SILVESTRE